



Anais da Assembléia

Nº 121

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 26 DE OUTUBRO DE 1.978.

ANO IV

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 113ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 26 DE OUTUBRO DE 1.978

QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Erondy Silvério, secretariada pelos Senhores Deputados Lázaro Dumont e Ivan Rüppel.

ÀS 10,00 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Jurandir Messias, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Luiz Roberto Soares, Manoel Gaona, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (37); achando-se ausentes os Senhores Deputados Ivo Thomazoni, Ernesto Gnoato, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Deni Schwartz, Ernesto Dal'Oglio, Gabriel Sampaio, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Luiz Alberto de Oliveira, Maurício Fruet, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo e Waldenício Barbalho (17).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (**Erondy Silvério**) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o douto Plenário, seja consignado um voto de profundo pesar pelo falecimento do ator ZBIGNIEW MARIAN ZIEMBINSKI, fundador do Teatro Brasileiro de Comédia, o qual dedicou trinta e cinco anos de sua existência e contribui com a experiência de mais de cinquenta anos de teatro, ao desenvolvimento da arte em nosso país.

Requer, ainda, seja remetida cópia do presente, à Rede Globo de Televisão, sediada no Rio de Janeiro, vez que, segundo noticiário nacional, aquele benquisto ator não teria deixado parentes próximos.

Sala das Sessões, em 25 de outubro de 1.978.

(a) Fidelcino Tolentino.

JUSTIFICATIVA:

Falar-se de Ziembinski, seria o mesmo que falar-se do próprio Teatro Brasileiro.

Nascido na Polônia, onde viveu até o ano de 1941, essa grande personalidade do Teatro Brasileiro, quando aqui chegou, já trazia vasta experiência adquirida não só como ator, mas, também, por haver exercido as funções de diretor do Teatro Nacional e professor de arte dramática da Universidade de Varsóvia.

Estreou no Brasil em 1.943, dirigindo a peça "Vestido de Noiva", de Nelson Rodrigues, quando revolucionou, com seus conhecimentos o Teatro Brasileiro.

Demonstrando, ao lado de seu imenso talento, invejável capacidade de trabalho, Ziembinski logo conquistou, não somente nossas platéias, como também seus colegas atores, diretores e produtores.

Em 1.976 comemorou cinquenta anos de teatro.

Ao falecer, havia dedicado, com reconhecidos méritos, mais da metade de sua existência ao aperfeiçoamento da arte e cultura brasileira.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, sejam suspensas as sessões dos próximos dias 31 de outubro e 1.º de novembro, para que nos mesmos dias sejam realizadas reuniões das Comissões.

Sala das Sessões, em 26 de outubro de 1.978.

(a) Erondy Silvério.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Doutor GASTÃO DE ABREU PIRES, DD. Secretário de Estado dos Recursos Humanos, solicitando seja regulamentado o pagamento de "Auxílio para Diferença de Caixa", previsto no art. 201 do Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado, bem como determinado o pagamento do "Auxílio Funeral", mediante simples apresentação do atestado de óbito, conforme determina a Lei n.º 6.174/70, em seu artigo 205.

Sala das Sessões, em 26 de outubro de 1.978.

(a) Fidelcino Tolentino.

JUSTIFICATIVA:

O parágrafo único do artigo 201 do Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado, estabelece o pagamento de "Auxílio para Diferença de Caixa", no valor de 5% (cinco por cento) sobre os vencimentos do funcionário que trabalhar com manuseio de dinheiro, "conforme regulamentação própria".

Ocorre que tal regulamentação precisa ser dada a conhecer aos diversos setores de atividade da administração pública, para que possa ser aplicada.

Por outro lado, o pagamento do "Auxílio Funeral" previsto no artigo 205, daquela mesma Lei (n.º 6.174/70), deve ser pago automaticamente, mediante a simples apresentação do atestado de óbito do funcionário.

Ignoramos qual o motivo que determina o não cumprimento de dispositivo legal tão claro.

Solicitamos, outrossim, sejam expedidas normas para o pagamento desse benefício aos familiares do servidor falecido, pois, a proibição legal do provimento do cargo até 30 (trinta) dias depois da vacância, tem por objetivo justamente proporcionar ao Estado o pagamento do benefício aos referidos familiares, sem causar quaisquer problemas de ordem orçamentária.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o douto

Plenário, sejam encaminhados ofícios aos Excelentíssimos Senhores Governador do Estado e Secretários de Estado dos Recursos Humanos e da Saúde e Bem Estar Social, sugerindo-lhes seja instituída gratificação aos servidores que trabalham com substâncias radioativas ou que estejam em contato permanente com pacientes portadores de doenças infecto-contagiosas.

Sala das Sessões, em 26 de outubro de 1978.

(a) Fidelcino Tolentino.

JUSTIFICATIVA:

A legislação federal ampara os servidores, quer estatutários, quer regidos pela C.L.T., que trabalhem com substâncias radioativas ou que estejam em contato permanente com pacientes portadores de doenças infecto-contagiosas, prevendo regime especial de trabalho, bem como gratificação especial.

Há pouco tempo, funcionários do Hospital de Clínicas do Paraná, requereram e obtiveram semelhante benefício, razão pela qual é justa a adaptação as normas já existentes no âmbito federal ao nosso Estado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

No momento em que se afigura como última oportunidade neste atual Governo, o Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o douto Plenário, sejam encaminhados ofícios aos Excelentíssimos Senhores JAYME CANET JÚNIOR, DD. Governador do Estado e Doutor GASTÃO DE ABREU PIRES, DD. Secretário de Estado dos Recursos Humanos, reiterando os inúmeros pedidos formulados nestes quatro anos, no sentido de que:

1.º) — Sejam constituídas as Comissões de Acesso e Promoção;

2.º) — Sejam atualizadas as gratificações de representação;

3.º) — Seja encaminhada Mensagem propondo aumento de vencimentos ao Funcionalismo Público, na ordem de 40% (quarenta por cento) a partir de 1.º de janeiro de 1.979, com o valor mínimo de Cr\$ 2.070,00 ao nível 1, a fim de evitar-se novo encavalamento ao ser estipulado o valor do novo salário mínimo, em maio de 1.979.

4.º) — Seja encaminhada Mensagem propondo a Reclasseificação de Cargos dos Funcionários Públicos dos 3 (três) Poderes, prometida no início da atual gestão.

Sala das Sessões, em 25 de outubro de 1.978.

(a) Fidelcino Tolentino.

JUSTIFICATIVA:

Desde que iniciamos nosso mandato, no ano de 1975, temos participado ativamente de todos os trabalhos desenvolvidos nesta Casa relacionados com o setor de Recursos Humanos.

Podemos afirmar que, salvo o projeto de lei que tratou de alteração procedida no Quadro de Pessoal do Tribunal de Justiça, durante a tramitação do qual, uma Comissão de servidores daquele Poder solicitou aos Deputados para não colocarem emendas, colaboramos no aperfeiçoamento de todos os demais planos de lei que por aqui passaram, sempre no sentido de ampliar os poucos benefícios que se concederam a esta laboriosa classe.

Quando o Secretário de Recursos Humanos do Estado iniciava suas atividades, o Governo, que não estava ainda empenhado em apagar as luzes do próximo para que as suas pudessem brilhar com fins eleitoreiros, permitia pequeno diálogo entre o Executivo e o Legislativo.

Desse entendimento, nasceram vários benefícios para os servidores públicos do Estado, tais como a concessão de todas as vantagens durante todos os tipos de afastamento, concedida através de emenda de nossa autoria e de outros parlamentares

à Lei n.º 6.742/75, cujo anteprojeto previa apenas "extraordinários nas férias". Naquela mesma oportunidade, renovamos o prazo para a contagem de férias em dobro. Posteriormente, veio a lei n.º 6.794/76, à qual introduzimos, juntamente com o Deputado Accioly Neto, dispositivo permitindo que o servidor possa atingir o teto de 50% (cinquenta por cento) de extraordinário na aposentadoria, quando o anteprojeto oriundo do Palácio Iguaçu fixava apenas 33% (trinta e três por cento).

Depois destas, vieram as Leis que tratavam da concessão do Tempo Integral para o Pessoal da Polícia Civil e na aposentadoria dos demais servidores e, novamente as emendas para modificar o "modus faciendi" do cálculo do benefício em favor daqueles servidores.

No Estatuto do Magistério, conseguimos ter aprovadas 3 (três) emendas, apesar do bloqueio total desenvolvido pela situação.

Na última Lei de aumento que por esta Casa tramitou, esqueceram de que já existia o Quadro Próprio do Magistério, pois, estavam preocupados com 52 (cinquenta e dois) DEAESSEZADOS, na cobertura de caminho pouco recomendável para beneficiar apenas e (três) deles, conforme pode-se constatar pelo disposto no Projeto de Lei n.º 120/78, que está em fase de apreciação.

No correr destes anos, constatamos que funcionários dos Tribunais de Alçada e de Justiça não haviam sido contemplados com a gratificação de produtividade. Providenciamos a remessa de expediente às autoridades competentes, e, aos primeiros o benefício já foi concedido através da Lei n.º 6.787/76, enquanto espera-se que aos segundos se proceda de idêntica maneira.

Verificamos, igualmente, que as Leis n.ºs 6.569/74 e 6.593/74 apresentam falhas incriveis em seus textos, vindo em prejuízo dos aposentados, motivo que nos levou, juntamente com o Deputado Gabriel Sampaio, a apresentar o Projeto de Lei n.º 40/78, a fim de permitir que os inválidos, bem como os servidores aposentados por implemento de idade, levem a gratificação de produtividade para a inatividade.

Apresentamos em nosso mandato, três emendas à Constituição do Estado, todas elas beneficiando os servidores públicos.

A primeira, n.º 538/77, tratou da Contagem Proporcional de Tempo de Serviço, conhecida como "Emenda Mineira", em co-autoria com o Deputado Valter Pietrângelo. Sua votação foi obstruída, embora se reconheça que é justa e oportuna.

A segunda, n.º 181/78, permite aos Vereadores nomeados Secretários Municipais, afastarem-se de seus cargos sem qualquer prejuízo.

A última, em conjunto com o Deputado Ivo Thomazoni, visa alterar o artigo 70 da Constituição, em seus incisos I e II, a fim de permitir que o servidor público do Estado do Paraná não tenha seus adicionais cortados em virtude de Representação de Inconstitucionalidade apresentada pelo Procurador Geral da República, contra o inciso II aqui mencionado. A Emenda em tela, permite a concessão de 7 (sete) quinquênios e mais a 6.ª parte aos 25 (vinte e cinco) anos de serviço, conforme o modelo adotado pela Constituição do Estado de São Paulo.

Da Tribuna, sempre defendemos os parcos direitos do funcionalismo público estadual, pedindo, entre outras reivindicações:

- Reajuste da gratificação de representação;
- Formação das Comissões de Acesso e Promoção;
- Remessa das Mensagens de aumento antes do final de cada ano, a fim de possibilitar sua implantação nas folhas de janeiro;
- Descavalamento dos níveis iniciais de carreira (conseguido em 1977, mas novamente encavalado em 1978);
- Concessão do 13.º Vencimento aos servidores públicos;

— Regulamentação das substituições e desvios de funções (emenda apresentada ao Projeto de Lei n.º 113/78, vetada pelo Governador);

— Pagamento do salário mínimo para todos os servidores do Estado (depois de desmentida a denúncia que fizemos, várias serventes de Ponta Grossa tiveram de recorrer à Justiça para ganhar salário mínimo);

— Produtividade para o Quadro do Pessoal do Magistério.

No momento, estamos empenhados na reapresentação da "Emenda Mineira" e na aprovação de lei permitindo a contagem de tempo de advocacia a Bacharéis em Direito, bem como na elaboração de Projeto de Lei reconhecendo os chamados "Cursos de Reclinação" para o efeito de contagem de ponto para promoção, na forma prevista no Estatuto do Magistério, pois, tais cursos foram ministrados com frequência obrigatória dos Professores Primários, com promessa de beneficiá-los futuramente.

Ao mesmo tempo, em colaboração com os Deputados Ivo Thomazoni e Quielse Crisóstomo da Silva, estamos ultimando estudos para sugerir a implantação da Ascensão Funcional através da Transposição de Cargos, em nosso Estatuto dos Funcionários Públicos, a fim de permitir a readaptação de servidores em cargos mais compatíveis com suas aptidões, mediante Processos Seletivos Internos.

Todavia, apesar do desenvolvimento desse trabalho estafante, corroborado por diversos parlamentares desta Casa, de ambos os Partidos, os funcionários públicos foram preteridos em suas justas reivindicações.

Salvo o normal procedimento que se verifica no Legislativo e no Judiciário, não tomamos conhecimento de nenhuma promoção de funcionário nestes quatro anos!

A não ser a malfadada "Verba de Gasolina", concedida somente a alguns poucos privilegiados, e, da gratificação TORNADA INSUBSISTENTE, servidores de nível universitário continuam a ganhar a ridícula quantia de Cr\$ 300,00 (trezentos cruzeiros) a título de representação...

Ao findar o último ano de Governo, no qual poderia ter-se construído uma estrada de considerável quilometragem somente com os juros correspondentes aos meses em que ficaram retidos os reajustes de vencimentos dos funcionários Públicos do Estado, estes ainda aguardam, ansiosamente, uma primeira e única Mensagem mandada a tempo para que possam receber o que lhes pertence, já em janeiro de 1979, data em que deverá vigorar o próximo aumento de vencimentos. Vencimentos esses, que não poderão ser atualizados em quantia inferior a 40% (quarenta por cento), percentual de inflação já admitida pelo Governo, nem com limite mínimo inferior a Cr\$ 2.070,00 (dois mil e setenta cruzeiros), valor aproximado do novo salário-mínimo que deverá vigorar a partir de MAIO de 1979.

Finalmente, queremos esclarecer que este breve relato que acompanha a justificativa, serve, em parte, de desagravo ao desconhecimento de nossas atividades parlamentares por grande parte dos servidores de nosso Estado, bem como para alertar ao Governo que quase nada foi feito em favor dessa classe, a qual ainda aguarda (?) a prometida RECLASSIFICAÇÃO GERAL DE CARGOS DOS SERVIDORES DO ESTADO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Na qualidade de Relator do Projeto de Lei n.º 43/75, solicito que o mesmo seja remetido à Mesa a fim de que, após ouvido o Plenário, seja o mesmo anexado ao Projeto de Lei n.º 58/76, por versarem ambos sobre idêntica matéria. (Criação do Município de Tupanssi).

É o requerimento.

Sala das Sessões, em 26 de outubro de 1978.

(a) Ezequias Losso.

O SR. PRESIDENTE (Quielse Crisóstomo) Está finda a leitura do expediente.

Não havendo oradores inscritos para o Pequeno Expediente e nem para o Grande Expediente passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 37 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente de sessão anterior. Necessita de apoio.— **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do expediente de sessão anterior. Necessita de apoio.— **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior. Necessita de apoio.— **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 115/77, que acresce de mais um parágrafo com redação que especifica, ao artigo 138 da Lei n.º 6.174, de 16/11/70.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 115/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1.º — O artigo 138 da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, fica acrescido de mais um parágrafo, com a seguinte redação:

"§ 7.º — Para os efeitos deste artigo, será assegurado ao servidor público admitido antes de 8 de maio de 1967 e que tiver tempo de serviço prestado até 15 de março de 1968, o direito de computar esse tempo com o acréscimo do resultado obtido da multiplicação do total desse tempo por 35 (trinta e cinco) e imediata divisão por 30 (trinta), reduzido, para as mulheres, tal fator de cálculo, para 30 (trinta) e 25 (vinte e cinco), respectivamente, bem como obedecida a dívida proporcionalidade nos casos de natureza especial previstos por Lei".

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 17 de março de 1978.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Werner Wanderer, Relator.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 71/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 39/78, ex-Proposição n.º 125/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de ASSAÍ, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 128/78, de autoria do Deputado JURANDIR MESSIAS, que declara de utilidade pública a "COMUNIDADE EVANGÉLICA LUTERANA SANTA CRUZ", com sede e foro na cidade de Ponta Grossa. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 128/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "Comunidade Evangélica Luterana Santa Cruz", com sede e foro na cidade de Ponta Grossa.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de agosto de 1978.

(a) Jurandir Messias.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, vem prestando relevantes serviços junto a comunidade de Ponta Grossa, no setor da assistência social e filantropia, conforme os preceitos estatutários.

A documentação que anexamos ao presente, comprovam o preenchimento das exigências legais previstas pela legislação que regulamenta o instituto da utilidade pública em nosso Estado.

Com isso, esperamos contar com o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 128/78

PARECER

De autoria do nobre Deputado Jurandir Messias, o presente Projeto de Lei n.º 128/78, tem por finalidade declarar de utilidade pública a "COMUNIDADE EVANGÉLICA LUTERANA SANTA CRUZ", com sede na cidade de Ponta Grossa.

Analisando-se o processo, através da documentação apresentada, bem como pela justificativa que o acompanha, temos que a entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, preenche os requisitos essenciais previstos pela Lei n.º 6994, de 10 de janeiro de 1978, que regulamenta a matéria em nosso Estado, não havendo portanto, qualquer impedimento, quer legal, quer constitucional que impeça a sua tramitação normal por esta Casa.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 12 de outubro de 1.978.

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Fabiano Braga Côrtes, Relator.

O SR. PRESIDENTE (**Quielse Crisóstomo**) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, na qualidade de Relator, solicitando que o Projeto de Lei n.º 43/75 seja anexado ao Projeto de Lei n.º 58/76, por versarem ambos sobre idêntica matéria, projetos estes em tramitação na Comissão de Constituição e Justiça. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando sejam suspensas as sessões dos próximos dias 31 de outubro e 1.º de novembro. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do ator Zbigniew Marian Ziembinski. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Ewa Stanislaw Radota. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Severino Massignam. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Valdomiro Rodrigues de Carvalho. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Rüppel, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Accácio Pedroso. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente de sessão anterior, soli-

citando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Eduardo Chacaroski, ocorrido na cidade de União da Vitória. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Ladislau Schicorski, ocorrido nesta Capital. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Presidente da COPEL, no sentido de determinar providências para que se proceda a iluminação pública nas localidades de Lago, Colônia de Papagaios e Papagaios Novos (Vilinha) no Município de Palmeira. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações aos promotores do 1.º Simpósio Nacional de Ecologia, pelo brilhantismo com que dirigiram os trabalhos. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Prefeito Municipal de Curitiba e Diretor do DETRAN, encarecendo providências para diminuir o número de acidentes que se registram seguidamente no encontro das ruas Moisés Marcondes e Barão de Guaraúna. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado, Secretários da Educação e Cultura e dos Recursos Humanos, sugerindo-lhes seja revigorada a "Gratificação do Magistério" instituída pela Lei n.º 4.697/63. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de louvor, ao médico Doutor Gastão Natal Simone, Secretário de Saúde e Bem Estar Social no Município de Maringá, pelo trabalho dinâmico que está exercendo na direção daquela Pasta. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Educação e Cultura, formulando apelo no sentido de sensibilizar Sua Senhoria para determinar a formação de uma Comissão Especial, que possa proceder o levantamento geral e total do vergonhoso problema que envolve o Registro de Diplomas no Estado. — **Aprovado.**

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Quielse Crisóstomo**) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Senhor Presidente, acho que

Vossa Excelência cometeu um equívoco, ao anunciar o resultado da votação, porque nós Deputados no Plenário, os dois, em pé, rejeitaram o requerimento. Mas antes de Vossa Excelência resolver a questão de ordem, eu requeiro à Mesa que determine ao Departamento competente da Assembléia Legislativa, seja feita a correção necessária no parágrafo 7.º do Artigo 1º da Lei que acaba de ser aprovada em Redação Final, porque há aqui (evidente que é um erro de datilografia mas não pode, lá na frente, tirar o sentido da lei). É no parágrafo que diz:

Bem como, obedecida a dívida proporcionalidade", mudar para: "bem como obedecida a devida proporcionalidade". Deve ser um erro redacional apenas.

O SR. PRESIDENTE (**Quielse Crisóstomo**) — A Mesa cata a sugestão. Realmente, deve ser um erro de datilografia.

Esta Presidência solicita ao Sr. Deputado Erondy Silvério, se solicitou verificação de votação?

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Exatamente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Quielse Crisóstomo**) — Srs. Deputados

que aprovam o requerido pelo Deputado Valter Pietrângelo, queiram levantar-se. (Pausa)

Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se (Pausa).

Não havendo número suficiente para o prosseguimento da sessão, antes de encerrar, nós comunicamos que a Comissão de Orçamento, avisa aos Srs. Deputados, que o prazo para o recebimento de emendas ao Projeto do Orçamento Geral do Estado, para o exercício financeiro de 1.979, começa em 26 de outubro e expira em 4 de novembro do ano em

curso.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para a próxima terça-feira, dia 7 de novembro, à hora regimental, com a mesma Ordem do Dia e mais

1.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 68 e 80/78.

1.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 118, 119, 120 e 121/78.

Levanta-se a sessão.